



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**REPORTAGEM FORA DO MAPA — A LUTA PELA TITULAÇÃO DO
QUILOMBO MESQUITA**

KAROLINI BANDEIRA MAGALHÃES

BRASÍLIA-DF, SETEMBRO DE 2024

KAROLINI BANDEIRA MAGALHÃES

**REPORTAGEM FORA DO MAPA — A LUTA PELA TITULAÇÃO DO
QUILOMBO MESQUITA**

Memorial descritivo apresentado à
Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do título de bacharel
em Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Carlos
Eduardo Esch

BRASÍLIA-DF, SETEMBRO DE 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Jornalismo da Universidade de Brasília da aluna Karolini Bandeira Magalhães

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Carlos Eduardo Esch
Orientador

Profa. Doutora Suzana Guedes Cardoso
Membro Efetivo

Prof. Doutor Valmir Teixeira de Araújo
Membro Efetivo

Profa. Doutora Marlise Viegas Brenol
Membro Suplente

BRASÍLIA-DF, SETEMBRO DE 2024

AGRADECIMENTO

À minha mãe, Lúcia, e ao meu pai, Marconi, por terem priorizado minha educação, incentivado minhas escolhas e por acreditarem, sempre, no meu potencial. Sem vocês, eu não teria me tornado quem sou.

Aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado e cresceram comigo durante a graduação de Jornalismo. Mariana, Maria, Pedro, André, Ana, Gabi e Suzi, os almoços no restaurante universitário ganharam outro sentido com vocês.

À Rebeca, por cada conselho, cada conversa, cada risada, cada abraço, cada desentendimento e cada reconciliação. Pelo apoio durante o ensino médio e a faculdade. Pela irmandade. Por nós. Por tudo.

À Thainara e ao Junior, amigos que a Universidade de Brasília me presenteou. Sou grata por ter cruzado o caminho de vocês e pela amizade e parceria que criamos.

A mim, por ter encontrado o trajeto de volta em rotas difíceis.

*Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.*

*Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.*

*Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.*

*Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem
queimando.*

*Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.*

(Antônio Bispo dos Santos – Quilombo Saco-Curtume/PI)

RESUMO

O presente memorial descreve o processo de produção de uma web reportagem jornalística que aborda a demarcação de terras da comunidade remanescente de quilombo Mesquita, localizada na Cidade Ocidental (GO), e os desafios enfrentados pelos moradores devido à morosidade e ausência de titulação do território. A reportagem busca evidenciar os impasses no procedimento de regularização fundiária quilombola no Brasil e dar visibilidade às dificuldades diárias vivenciadas pelos quilombolas de Mesquita, que, sem a posse legal às terras, enfrentam invasões e outros problemas advindos de fatores externos. O produto foi desenvolvido com o propósito de ressaltar a importância da titulação para a segurança e preservação de comunidades remanescentes de quilombo e promover conscientização sobre a urgência de ações rápidas e eficazes na proteção dos direitos quilombolas.

Palavras-chave: Quilombo Mesquita; demarcação de terra; reportagem

ABSTRACT

The present memorial describes the process of producing a journalistic report that addresses the land demarcation of the quilombo Mesquita community, located in Cidade Ocidental (GO), and the challenges faced by its residents due to the delays and absence of legal titling of their territory. The report aims to highlight the difficulties in the quilombola land regularization process in Brazil and shed light on the daily struggles experienced by the quilombolas of Mesquita, who, without legal ownership of the land, face invasions and other problems caused by external factors. This project was developed with the purpose of emphasizing the importance of land titling for the security and preservation of quilombo communities and raising awareness about the urgent need for swift and effective actions to protect quilombola rights.

Keywords: Quilombo Mesquita; land demarcation; report

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETO JORNALÍSTICO	11
3. OBJETIVOS	12
3.1 Objetivo geral	12
3.2 Objetivos específicos	12
4. JUSTIFICATIVA	13
4.1 Dimensão pessoal	13
4.2 Dimensão político-social	13
5. CENÁRIO CONCEITUAL	15
5.1 Direito à terra	15
5.1.1 O papel do Estado	15
5.2 Luta quilombola	17
5.3 Identidade	18
5.4 Resistência	19
6. HISTÓRIA DE MESQUITA	20
6.1 Regularização de Mesquita	21
6.1.1 Conflitos territoriais em Mesquita	22
7. ETAPAS DE PRODUÇÃO	24
7.1 Pesquisa temática	24
7.2 Construção do objeto jornalístico	24
7.3 Pré-apuração	24
7.4 Trabalho de campo	25
7.5 Entrevistas	25
7.6 Transcrição das entrevistas e organização do material	26
7.7 Finalização da estruturação da matéria	26
7.8 Produção da reportagem	26
8. CONCLUSÕES	28
8.1 Técnica	28

8.2 Pessoal	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXO I - TEXTO COM A CONSTRUÇÃO DO OBJETO JORNALÍSTICO	32
ANEXO II - QUESTÃO FUNDAMENTAL DA SÉRIE E TÓPICOS	34
ANEXO III - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS	35

1. INTRODUÇÃO

O racismo é parte da formação histórica do Brasil. Por mais de 300 anos, a escravidão foi um pilar da estrutura política e social do país, marcada pela violência extrema e desumanização sistemática da população negra. No contexto escravocrata, formaram-se os quilombos, comunidades criadas por negros e negras escravizados que resistiam às condições desumanas de trabalho forçado nas fazendas e engenhos.

Fugidas ou alforriadas, pessoas escravizadas buscavam, em sua maioria, sobreviver em áreas remotas e zonas rurais. Os quilombos não eram apenas refúgios para aqueles que fugiam da escravidão, mas espaços de insurgência contra o sistema, onde a população negra lutava para manter suas práticas culturais, modos de vida e relação com a terra.

Perpetuando a marginalização de pessoas escravizadas, legislações que precederam a abolição, em 1888, foram criadas para impedir o acesso à terra desse povo recém-liberto e despossuído, a exemplo da Lei de Terras de 1850 (Lei n.º 601), que estabeleceu a proibição “das aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.

A exclusão estrutural do povo negro ao acesso a direitos básicos no Brasil não foi resolvida com a abolição de 1888: após uma monarquia escravizadora, veio uma república desigual. Sem reparações ou políticas públicas para integrar os libertos, o Estado deu continuidade à marginalização de africanos e afrodescendentes no país. No artigo *A escravização e racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram*, a professora Eunice Prudente, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), comenta sobre o cenário excludente após a Proclamação da República:

Mesmo conquistando a cidadania, os negros brasileiros passaram à invisibilidade, ausentes em todas as instituições públicas e privadas. Exceto nas cadeias públicas, manicômios e nas verdadeiras extensões das favelas e periferias das cidades brasileiras. No século XIX, os negros eram aproximadamente 53% da população nacional, mas permaneciam à margem do desenvolvimento.

A ausência de ações de integração do povo negro no período pós-escravidão se enraizou nas estruturas (social, política, institucional) do Brasil, resultando em uma exclusão que atravessou gerações e se reflete até hoje nas dinâmicas sociais e fundiárias. O caráter insurgente dos quilombos persiste no presente, tendo em vista que essas comunidades ainda enfrentam obstáculos burocráticos e territoriais para garantir as terras que, historicamente, lhes pertencem.

Divulgado em 2023, o primeiro censo quilombola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que havia 7.666 comunidades remanescentes de quilombos espalhadas em 24 estados do país em 2022. A estas comunidades, a Constituição Federal de 1988 prevê o direito à posse e garantia da propriedade coletiva dos territórios ocupados no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assegura: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Mesmo sendo a titulação um direito constitucional dos quilombolas, a obtenção dela é precedida por um procedimento permeado por obstáculos, burocracias e uma lentidão crônica. Das 7.666 comunidades no país, somente 391 conquistaram a titulação (expedida por órgãos fundiários federais, estaduais e municipais), segundo dados de 1995 até 2024 agrupados pelo Instituto Nacional da Colonização e da Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pelo procedimento de regularização fundiária desses territórios em áreas públicas federais ou que incidam em áreas particulares. Como consequência, quilombos em todo o país enfrentam desafios como grilagem de terras, especulação imobiliária e a falta de apoio governamental efetivo.

Entre as 7.275 comunidades ainda não tituladas, está Mesquita (GO), localizada a cerca de 50 km de distância de Brasília, na Cidade Ocidental. Vizinha da capital da esperança, Mesquita trava uma luta pela regularização fundiária que se arrasta há décadas.

Mesquita integra a região do Entorno do Distrito Federal e é o quilombo mais próximo da capital. A comunidade é formada por 3.257 pessoas em 785 núcleos familiares (Censo, 2022).

Os moradores receberam o certificado de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2006, e, dezoito anos após o reconhecimento, ainda aguardam, em 2024, a titulação de suas terras. A morosidade no processo de regularização fundiária afeta diretamente a vida dos quilombolas de Mesquita, que enfrentam conflitos territoriais com interessados na exploração da área.

É desse contexto de lutas, resistência e invisibilidade que emerge este trabalho, cuja proposta é fazer uma reportagem jornalística sobre a história do Quilombo Mesquita e a atual conjuntura de impasses, angústias e esperanças dos moradores na busca pela titulação das terras.

2. OBJETO JORNALÍSTICO

O objeto jornalístico do presente projeto é a história da luta dos quilombolas de Mesquita, na Cidade Ocidental (GO), pela posse legal do território, e os sentimentos da comunidade diante da lentidão desse procedimento.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral:

Produzir uma web reportagem que, por meio de textos, imagens, áudios e gráficos, narre a história do Quilombo Mesquita (GO) e destaque a luta dos moradores pela posse do território, em meio à lentidão no processo de regularização fundiária.

3.2 Objetivos específicos:

1. Levantar a história recente do Quilombo Mesquita nos aspectos de luta jurídica, luta política e luta social quanto à demarcação e titulação do território;
2. Reunir as manifestações dos moradores do quilombo sobre a regularização das terras e os impactos da sua ausência.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 Dimensão pessoal

Assim que ingressei como aluna de Jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB), eu já sabia que meu trabalho final iria envolver a demarcação e titulação de Mesquita. Não poderia ser sobre outro tema, afinal, durante toda minha infância e adolescência presenciei meu pai, tio, avô, primos próximos e distantes falarem sobre a expectativa para a tão sonhada posse do território — e se queixarem sobre a demora para a obtenção.

Quando pequena, eu não entendia o que significava ser de quilombo, mas bastou um pouco de maturidade e olhar ao meu redor para compreender: significa resistência, luta e organização. A decisão por trabalhar com a temática, pela ótica dos quilombolas, nasceu a partir de uma necessidade pessoal de dar visibilidade a essas vozes que ouço gritar e não são ouvidas pela sociedade. São as vozes do meu pai, tio, avô, dos meus primos próximos e distantes.

4.2 Dimensão político-social

Embora o direito dos quilombolas às próprias terras esteja garantido na Constituição, sua implementação enfrenta diversas barreiras. O processo de titulação é marcado por burocracias, lentidão e conflitos, e agravado pela falta de prioridade ao tema por parte dos governos estaduais e federal.

A baixa cobertura midiática sobre os desafios enfrentados cotidianamente por essas comunidades contribui para a perpetuação de sua exclusão. As lutas de quilombolas pela titulação de terras, tomadas para garantir suas sobrevivências físicas, culturais e econômicas, são abafadas ou negligenciadas pelos grandes veículos de comunicação, o que agrega à violação sistemática dos direitos humanos.

Esse cenário de invisibilidade institucional e midiática a que os quilombolas estão sujeitos, de Norte a Sul do Brasil, reflete o racismo enraizado nas estruturas sociais e políticas do país, tornando crucial a produção de conteúdos que tragam à tona as histórias de luta das pessoas afetadas.

Fazer uma reportagem sobre o Quilombo Mesquita, seus moradores e sentimentos frente à invisibilidade é mais do que contar a história de uma comunidade específica — trata-se de denunciar a violência e violações de direitos que perpassam os mais de 7,6 mil quilombos existentes no Brasil, e que, no caso de Mesquita, são concretizadas em invasões

territoriais e pressões da especulação imobiliária; enquanto se expõe a resistência quilombola como um movimento contínuo em defesa da dignidade e autonomia.

Com este produto, viso colaborar ao rompimento do silêncio imposto às suas histórias, dando voz a comunidades que, há séculos, batalham pela sobrevivência e por justiça social.

5. CENÁRIO CONCEITUAL

Embora o trabalho seja um produto jornalístico e não uma pesquisa monográfica que exija um referencial teórico mais aprofundado, é importante destacar que ele está, ainda assim, intimamente ligado a conceitos fundamentais que foram estudados e utilizados em sua elaboração. A seguir, elucido-os.

5.1 Direito à terra

A conquista do direito à posse de terras quilombolas na Constituição Federal de 1988 foi fruto de séculos de resistência, lutas e mobilização do povo negro no Brasil. Desde o período colonial, negros e negras se organizaram para resistir à opressão escravocrata, formando quilombos como espaços de liberdade e resistência cultural.

No século XX, essa luta se intensificou por meio de movimentos como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Movimento Negro Unificado (MNU), que, durante a Assembleia Nacional Constituinte dos anos 1980, se mobilizaram e pressionaram para garantir que os direitos quilombolas fossem reconhecidos na nova Carta Magna.

Essa mobilização culminou na inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que reconhece as terras quilombolas como "Território Cultural Afro-Brasileiro" e determina que o Poder Público tem o dever de protegê-las e garantir suas preservações. Mesmo com essa vitória constitucional, os quilombos, secularmente combativos, sobrevivem às imposições jurídicas, técnicas, burocráticas e racistas.

Prova disto é que o direito constitucional foi regulamentado apenas 15 anos depois da CF/88, com a assinatura do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que definiu o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Com relação à definição do que são comunidades remanescentes, o Artigo 2º do Decreto define:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, (...), os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

5.1.1 O papel do Estado

O Decreto n.º 4.887/2003 estabelece o Incra como órgão responsável por “titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de

particulares”, e prevê a criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado em março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política federal para as comunidades quilombolas. Em 2023, o programa foi relançado sob o nome Aquilomba Brasil, coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial.

O programa agrupa os deveres e ações de diversos ministérios para as comunidades em quatro eixos principais, quais sejam: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania. O presente produto foca no primeiro eixo temático, acesso à terra, que dispõe:

Execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural.

Como citado, o Incra é o principal responsável pela tramitação. Mas o procedimento envolve também a participação de outros órgãos governamentais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Ministério Público Federal (MPF), o IBGE, a Fundação Palmares e governos estaduais e municipais — cada um com responsabilidades distintas, mas complementares.

Nos casos de comunidades localizadas em terras federais ou áreas privadas, o Incra coordena a execução técnica e administrativa, desde as primeiras etapas, com a elaboração do Relatório Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) — documento que descreve a história da comunidade, delimita o espaço do território tradicional e qual a sua situação jurídica — até a desintrusão (caso haja pessoas não quilombolas residindo na comunidade), e a emissão dos títulos de propriedade.

Quando as comunidades se localizam em terras de domínio estaduais e municipais, o processo é encaminhado pelo Incra aos estados e municípios após a elaboração do RTID, para que estes sigam com o procedimento de titulação. Pará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem leis específicas para regularizar territórios quilombolas.

Cabe aos governos estaduais dar suporte ao processo de desapropriação de áreas privadas e atuar na mediação de conflitos territoriais. Em muitas regiões, a Procuradoria do Estado e a Secretaria de Justiça, por exemplo, podem atuar na defesa dos direitos das comunidades quilombolas.

Fornecer suporte na execução de políticas públicas e mediar conflitos territoriais também é papel do Poder Municipal. As prefeituras têm o dever de assegurar o fornecimento de serviços básicos a essas comunidades, como saúde, educação e infraestrutura; de auxiliar a garantia do direito constitucional com a implementação de ações voltadas para a proteção e o desenvolvimento das comunidades quilombolas, participando de audiências públicas, fornecendo apoio jurídico e logístico durante o processo de titulação e com gestão do uso do solo; e de respeitar e assegurar a proteção dos territórios quilombolas em seus planos diretores, por exemplo, com políticas que impeçam o avanço de empreendimentos que ameacem as áreas ocupadas.

5.2 Luta quilombola

A luta e resistência do povo negro no Brasil começou assim que o primeiro africano escravizado, trazido em condições subumanas pelo primeiro navio negreiro a atracar no país, pisou em solo brasileiro. Por mais de três séculos, negros e negras no Brasil batalharam para serem vistos como seres humanos, e não mercadorias. Essa luta por liberdade e dignidade foi manifestada de diversas formas ao longo do período de escravidão. Rebeliões e insurreições contra o sistema escravista foram registradas em várias regiões do país, com destaque para a maior delas, a Revolta dos Malês, liderada por cerca de 600 escravos em Salvador (BA), em 25 de janeiro de 1835.

Os quilombos também surgiram como insurgência, sendo o Quilombo dos Palmares o mais emblemático, onde milhares de pessoas escravizadas fugidas de engenhos de Pernambuco formaram uma comunidade autônoma no século XVI, sendo o primeiro registro de 1597, e resistiram por quase cem anos, mesmo com diversos ataques de portugueses e holandeses. Sob liderança de Zumbi, Palmares foi destruído em 1694, mas seus ideais e legado se mantiveram e, ainda hoje, inspiram as comunidades remanescentes de quilombo.

Hoje, a luta é travada em outros campos — políticos, econômicos e jurídicos. Nos últimos anos, em diferentes governos, sobretudo aqueles contrários a pautas sociais e voltados para interesses do agronegócio, os direitos das comunidades quilombolas foram continuamente atacados e enfraquecidos. Durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), por exemplo, houve grande retrocesso nas políticas quilombolas, com cortes expressivos no orçamento destinado à regularização fundiária e o bloqueio de novos processos de titulação.

Em 2021, o governo destinou R\$ 206 mil para reconhecimento, delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas na Lei Orçamentária Anual (LOA), o menor

orçamento federal da história do Brasil para esse fim e uma redução de 93% em comparação a 2020, que teve dotação de R\$ 2,9 milhões.

Esse panorama de desmonte aconteceu em meio ao aumento alarmante de violência e assassinatos contra quilombolas nos anos anteriores, conforme mostrou a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Terra de Direitos na segunda edição da pesquisa *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*, publicada em 2023:

A eleição de Jair Bolsonaro trouxe ainda mais preocupações em um contexto que já registrava o aumento da violência contra os quilombos nos últimos anos, fruto também do racismo estrutural no nosso país. O número de assassinatos de quilombolas, por exemplo, saltou de 4 para 18 em um ano, de 2016 a 2017.

O Incra emitiu só três títulos quilombolas totais (quando toda a área delimitada pelo Incra é titulada) durante a gestão Bolsonaro. Todos frutos de judicialização. Sem a articulação política e jurídica por parte de lideranças e entidades quilombolas para assegurar o andamento dos processos fundiários, nenhum centímetro de terra dos quilombos do país teria sido titulado pelo governo federal.

Sem o direito legal aos territórios, quilombolas se veem pressionados por interesses externos que enxergam nas terras tradicionais um espaço para empreendimentos lucrativos. O conflito territorial que antes envolvia a escravização e dominação de corpos negros, hoje envolve a exploração econômica de espaços ancestrais.

A resistência quilombola, que outrora envolvia fuga e autossuficiência em regiões remotas, hoje exige uma luta política ativa e organização social e legal para defender seus direitos frente a um sistema econômico que coloca o lucro acima da dignidade. Assim como no passado, o cerne da luta continua sendo a sobrevivência — da cultura, da identidade e da posse legítima dos próprios territórios.

5.3 Identidade

A identidade e as relações culturais de uma comunidade quilombola estão intimamente ligadas ao território ocupado, não representando apenas um espaço físico, mas sagrado e ancestral. As comunidades são locais de memória, resistência, preservação cultural e de ligação com as raízes africanas. Esses territórios preservam a história de luta e resistência à escravidão, e continuam sendo o centro da vida comunitária e da organização social dos quilombolas.

Ter a posse legal da área ocupada pelos ancestrais é mais do que possuir um título de moradia, é manter e dar continuidade à base das tradições culturais, religiosas e sociais de uma população que foi escravizada durante três séculos no Brasil. Desde o cultivo da terra até as folias e novenas, as comunidades quilombolas guardam tradições e saberes que merecem ser resguardados. Preservar essas áreas significa preservar a própria existência quilombola.

O conceito de terra nessas comunidades transcende a ideia de propriedade privada no sentido capitalista: para os quilombolas, o território é coletivo e compartilhado, e representa a segurança de uma vida digna e autônoma. A noção de pertencimento ao local ocupado está profundamente enraizada em suas relações sociais e culturais, sendo impossível dissociar a identidade quilombola de suas terras.

São solos irrigados pelo sangue e o suor de gerações que lutaram para defender a própria liberdade e o direito de sobrevivência. Portanto, são sagrados.

5.4 Resistência

A resistência é um dos elementos centrais da história e da identidade das comunidades quilombolas no Brasil. A luta por liberdade e pela preservação de suas culturas foi uma constante na vida das pessoas escravizadas, seja representada por fugas, rebeliões ou pela formação de quilombos como insurgência contra o sistema escravocrata. Essa resistência histórica moldou o cotidiano dessas populações e segue presente ainda hoje nas comunidades remanescentes de quilombos, se manifestando na luta diária pela preservação da cultura, da identidade e do território.

Seja no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste do país, as comunidades continuam lutando contra invasões de terras por fazendeiros, empreendimentos imobiliários ou grandes monoculturas. em uma resistência que se dá em várias frentes: na proteção das terras ancestrais contra a grilagem e a perda de territórios; na garantia do direito à posse, conforme assegurado pela Constituição, e na sobrevivência cultural e econômica em um ambiente muitas vezes hostil.

A prática da agricultura familiar, a continuidade de festas religiosas e culturais e o cultivo da memória ancestral através da oralidade e das tradições são formas que essas famílias mantêm vivo o legado dos antepassados, em um modo de vida que resiste diante de um sistema que historicamente marginalizou a população negra no Brasil.

6. HISTÓRIA DE MESQUITA

O Quilombo Mesquita tem suas origens durante o período de declínio do ciclo do ouro no Brasil, no século XVIII, quando a economia mineradora, que havia impulsionado o desenvolvimento de regiões como Goiás, começou a se esgotar. A corrida pelo metal precioso levou à criação de diversas vilas e cidades no interior do Brasil, sendo Luziânia, fundada em 1746 com o nome de Santa Luzia, uma dessas localidades. A região era marcada por uma forte presença de trabalhadores escravizados (NERES, 2015), que desempenhavam papel crucial na exploração do ouro e em outras atividades produtivas.

Com a diminuição das jazidas auríferas e o esgotamento dos recursos, a economia mineradora entrou em colapso, o que fez com que muitos fazendeiros e donos de minas abandonassem suas terras. Esse declínio econômico gerou um vácuo de poder e organização social, levando fazendeiros a deixarem vastas áreas desocupadas.

Diante do declínio da mineração, o capitão português José Corrêa de Mesquita resolveu abandonar Luziânia e deixou parte de seu território para três escravas alforriadas, Maria Abadia, Maria Pereira Dutra e Martinha Pereira Braga (NERES, 2016), as fundadoras do Quilombo Mesquita. De acordo com o Relatório Final da Comissão da Verdade (CVN/SBB), a área doada às três mulheres correspondia a uma grande extensão de terras (hoje reduzida a um tamanho bem menor) que abrangia partes do que atualmente são regiões administrativas do Distrito Federal.

Praticamente metade da cidade de Santa Maria, pertence ou pertenceu aos ancestrais quilombolas, tendo por proprietários personagens como Manoel Pereira Braga ou Pereira da Paixão. Hoje, esta herança é alvo de disputa judicial entre o Governo do DF e os quilombolas que aguardam, além da indenização pela ocupação de parte desse território, a justa negociação pela fração que tende a expandir a cidade. (CVN/SBB, 2017, p.159).

Outros se juntaram à comunidade chefiada pelas mulheres ao longo do tempo – a maioria, escravos fugidos que buscavam refúgio e que, para chegar até o quilombo, percorriam estradas que ligavam Goiás a Salvador e ao Rio de Janeiro (CONAQ, 2022). É possível definir quatro troncos familiares no Quilombo Mesquita, que compõem a ancestralidade africana: Pereira Braga, Pereira Dutra, Teixeira Magalhães e Lisboa da Costa (NERES, 2016, p. 34).

A comunidade que foi sendo formada tornou do trabalho agrícola familiar o principal sustento. Entre as atividades, destaca-se a produção do doce de marmelo, comercializado em

feiras em Luziânia e Brasília. Para além de sustento econômico, o fruto virou uma forte tradição cultural no Quilombo Mesquita. O marmelo, fruto que se adaptou bem às terras férteis de Mesquita, rapidamente se tornou um dos principais produtos cultivados pelos quilombolas, em uma produção que também figurava como uma forma de preservação cultural e social. Era comum que toda a família se envolvesse no processo, desde o plantio até a colheita e a transformação do fruto em marmelada, fortalecendo os laços comunitários e familiares.

Hoje, a marmelada é muito mais do que um produto agrícola em Mesquita; é um símbolo de resistência cultural. Mesmo com o passar do tempo e as mudanças sociais e econômicas ao redor da comunidade, a tradição de cultivar o marmelo e produzir o doce se manteve viva, especialmente entre os mais velhos, que continuam a repassar o conhecimento aos mais jovens. Há, inclusive, uma folia anual feita pelos quilombolas logo após a colheita do fruto, para celebrar a tradição: a Festa do Marmelo, realizada em dois dias entre os meses de janeiro e fevereiro, logo após a colheita do fruto. A celebração envolve todo o quilombo, com cavalgadas, missas, leilões e apresentações musicais.

Apesar de a tradição ser mantida, a produção da marmelada já não é mais a principal fonte de renda da comunidade. A redução no trabalho tradicional de Mesquita pode ser explicada pela chegada de novas possibilidades de emprego com a expansão da urbanização da Cidade Ocidental, fundada em 1976.

Também é na década de 1970, após a criação de Brasília e da Cidade Ocidental, que a comunidade de Mesquita passa a sofrer influências e impactos da urbanização, conforme aponta a pesquisadora Ivanise dos Santos (s/d). Segundo dos Santos, devido ao incremento da urbanização à lógica de organização local, as novas gerações passaram a demonstrar desinteresse em continuar os trabalhos rurais desenvolvidos pelos antepassados. Já Suelen dos Anjos (2006) aponta problemas como invasões, a compra de terras do quilombo para o latifúndio monocultor e a especulação imobiliária.

6.1 Regularização de Mesquita

Embora Mesquita esteja na jurisdição do estado de Goiás, devido à proximidade geográfica com Brasília, o processo de regularização fundiária da comunidade corre em âmbito federal e não na esfera estadual (ALVES, 2019).

A regularização fundiária do Quilombo Mesquita segue uma linha do tempo marcada por avanços pontuais em um processo de titulação lento. Em 2006, Mesquita recebeu o

certificado de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. É o primeiro passo de um longo trajeto até o reconhecimento.

Esse primeiro passo foi permeado por obstáculos. Além do autorreconhecimento da comunidade como quilombo, a Palmares exige que os quilombolas apresentem documentações históricas e antropológicas que comprovem a legitimidade desse reconhecimento e a continuidade histórica de ocupação da terra com práticas culturais específicas — documentos que, nos dois séculos de existência do quilombo, se perderam ao longo da história. Ainda assim, lideranças de Mesquita conseguiram juntar evidências, conquistaram o certificado e deram continuidade ao processo no Incra.

Em 2011, cinco anos após Palmares certificar Mesquita como terra remanescente de quilombo, o Incra publicou o RTID da comunidade, definindo sua extensão em 4,2 mil hectares – o equivalente a 4 mil campos de futebol.

A elaboração desse documento exige diversas fases: primeiro, é definida uma equipe técnica, formada por profissionais das áreas de antropologia, geografia, cartografia e direito; a equipe, então, fica responsável pelo levantamento de dados, feito a partir de trabalho de campo, entrevistas com os moradores e pesquisa histórica; a área do território é delimitada e exposta no relatório, junto do material colhido; no final, o RTID é discutido em audiência pública com os moradores do quilombo e possíveis interessados.

O RTID é utilizado como base para a emissão da portaria de reconhecimento da comunidade; posteriormente, para o processo de desapropriação de invasores do quilombo; e, por fim, para a titulação da terra.

A publicação desse relatório foi a última movimentação na regularização fundiária de Mesquita, procedimento que permanece estagnado há 13 anos. Durante esse período, os quilombolas enfrentaram inúmeros desafios no campo territorial.

6.1.1 Conflitos territoriais em Mesquita

Em 2009, dois anos antes da publicação do relatório, a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH/GO) autorizou o desmatamento de 84 hectares de Cerrado dentro do quilombo para a construção de um condomínio de alto padrão, chamado Residencial Damha Brasília.

O projeto foi denunciado pelas lideranças quilombolas, incluindo a membro da coordenação executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Sandra Pereira Braga, uma das principais porta-vozes de

Mesquita, que mobilizou a comunidade e, junto a outros moradores, acionou o Ministério Público Federal (MPF) para barrar a obra. Graças à pressão dos quilombolas e à intervenção do MPF, o desmatamento foi interrompido em 2010, quando cerca de 30 hectares já haviam sido devastados.

Além disso, a comunidade de Mesquita sofreu com grilagem de terra, nas quais terrenos foram ilegalmente apropriados por terceiros, muitas vezes mediante a falsificação de documentos. Essas grilagens dificultaram ainda mais o processo de titulação, à medida que surgiam conflitos de posse envolvendo fazendeiros, especuladores imobiliários e os quilombolas. A pressão externa sobre o território, tanto por parte de grandes empreendimentos quanto por pequenos grileiros, intensificou o clima de tensão e ameaça sobre o quilombo.

Já em 2018, o Incra tentou diminuir a área do Quilombo Mesquita de 4,2 mil hectares para apenas 971,4 hectares. Essa tentativa foi fortemente contestada pelos quilombolas e por movimentos sociais em todo o país, que denunciaram a medida como um ataque à sobrevivência da comunidade. O MPF também interveio, recomendando a revogação da resolução. Após um mês de intensas mobilizações, a tentativa de redução foi revertida.

7. ETAPAS DE PRODUÇÃO

7.1 Pesquisa temática

O projeto se iniciou com o levantamento temático e bibliográfico de trabalhos e artigos escritos sobre o processo de escravização de africanos no Brasil, a resistência escrava, origens e história das comunidades quilombolas no Brasil, a incorporação dos direitos quilombolas na Constituição Federal (e o cenário de luta dos movimentos negros por trás disso), as legislações sobre regularização fundiária quilombola, o histórico de demarcação de terras no Brasil e os percalços em diferentes governos. Fiz uma leitura ampla de livros, artigos, matérias jornalísticas e pesquisas acadêmicas, e filtrei os conteúdos que seriam utilizados como referência teórica para o desenvolvimento do produto e para o presente memorial.

7.2 Construção do objeto jornalístico

Logo após a pesquisa bibliográfica, iniciei a etapa de pré-apuração do produto, momento em que discorri, em um texto que foi entregue ao meu orientador, Prof. Carlos Eduardo, sobre qual tema gostaria de abordar no projeto (ANEXO I). Juntos, estreitamos o assunto para a luta dos quilombolas de Mesquita frente à ausência de titulação de terras e elaboramos uma questão fundamental que o projeto deveria responder: “Quais são os desafios na demarcação de terra do Quilombo Mesquita?”. A partir dela, defini em um documento os principais tópicos que seriam abordados no projeto e quais perguntas secundárias o trabalho deveria responder. Esse documento foi utilizado como base para os passos seguintes do projeto (ANEXO II).

7.3 Pré-apuração

Durante a pré-apuração, tracei os perfis das pessoas que seriam entrevistadas: moradores do quilombo, um/a especialista em direito fundiário, um/a antropólogo/a especialista em povos tradicionais e representantes do movimento quilombola, além da Prefeitura da Cidade Ocidental. Por meio de pesquisas, cheguei a alguns nomes que se encaixavam no perfil e rascunhei um roteiro de perguntas para cada um dos possíveis entrevistados (ANEXO III).

Ao longo do processo, eu e o Prof. Carlos Eduardo chegamos à conclusão de que seria interessante ir a campo para passar um período no quilombo e conviver com os moradores durante o processo de apuração e realização de entrevistas, já que a reportagem teria um caráter documental, com enfoque nos sentimentos dos quilombolas. Inicialmente, trabalhamos

com a ideia de eu ficar uma semana inteira na comunidade, mas o período precisou ser reduzido para cinco dias devido ao meu estágio fora da faculdade.

7.4 Trabalho de campo

Para a produção da reportagem, estive em campo no Quilombo Mesquita durante cinco dias em agosto de 2023 e dois dias em maio de 2024, momento em que me aproximei do método de pesquisa etnográfica, proposto por um dos fundadores da antropologia moderna, Bronislaw Malinowski. Esse método, segundo Malinowski, visa compreender a vida social de um grupo e elementos intrínsecos dessa sociedade, como a cultura, por meio da observação direta e da participação no cotidiano desse grupo. Para isso, é fundamental conviver com as pessoas estudadas e mergulhar em seu ambiente cotidiano em um trabalho de campo.

No período em que estive na comunidade em 2023, hospedada na casa da minha tia Elizete, fiz esse “mergulho” acompanhando as atividades cotidianas dos quilombolas e interagindo diretamente com eles durante a apuração em campo. Foi um trabalho providencial para entender como funciona a dinâmica do quilombo e a rotina dos moradores.

Ao longo dos dias, pude conhecer melhor os moradores de Mesquita e delinear quem seriam os entrevistados. Ter conversas prévias com os quilombolas foi uma decisão assertiva para o processo, por alguns motivos: os moradores tiveram a oportunidade de saber quem eu era e o motivo de eu estar passando alguns dias na comunidade; eu pude ganhar mais confiança daquelas pessoas antes de ter entrevistas em que abordaria temas que poderiam ser sensíveis para elas; e, conhecendo-as, pude identificar aquelas cujas experiências e perspectivas enriqueceriam o conteúdo da reportagem.

7.5 Entrevistas

Ao todo, foram feitas doze entrevistas, das quais sete tiveram trechos utilizados na reportagem. Não segui um mesmo padrão de perguntas nas conversas e novos questionamentos, para além dos que eu tinha projetado durante a fase de pré-apuração, surgiram. As entrevistas também não tiveram duração padronizada e variaram de 10 a até 40 minutos. No processo, tive dificuldades de encontrar moradores que soubessem sobre as origens de Mesquita e estivessem a par do processo demarcatório do quilombo.

Entrevistei os moradores em ambientes confortáveis para eles, suas próprias casas. A única quilombola de Mesquita que entrevistei fora do território foi a líder Sandra Braga, pois ela não estava lá no período em que fiz o trabalho de campo. Fiz um contato prévio com ela,

por telefone, e, além de conversas por ligação telefônica, encontrei e entrevistei Sandra pessoalmente em Brasília pouco antes de ir a Mesquita, no lançamento do Censo Quilombola do IBGE, em julho de 2023.

As entrevistas com a procuradora federal Gilda Diniz e com o coordenador-executivo da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), Biko Rodrigues, foram feitas à distância. A primeira, por videochamada, e a segunda, por ligação telefônica.

7.6 Transcrição das entrevistas e organização do material

Após voltar do quilombo, transcrevi as entrevistas feitas no território em documentos separados com informações básicas sobre o/a entrevistado/a. O mesmo procedimento foi feito com as entrevistas da Sandra, da Gilda e do Biko. Nos documentos, negritei os trechos que considerei principais e que deveriam estar no trabalho.

7.7 Finalização da estruturação da matéria

Em maio de 2024, estive em Mesquita por mais dois dias para participar da festa de aniversário de 278 anos do quilombo, comemorada nos dias 18 e 19 de maio, a convite de familiares. No evento, conheci o doutorando Francisco de Sousa, que estava ajudando na organização da celebração. Francisco me contou que o tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tinha sido sobre os entraves na regularização de terra e o processo de grilagem na comunidade quilombola Kalunga, localizada em Goiás; que sua dissertação no mestrado também havia sido sobre os Kalunga; e que, seu doutorado, ainda em curso, também tinha como objeto de pesquisa os quilombolas, desta vez os de Mesquita. Decidi entrevistá-lo durante a festa para a reportagem. Também aproveitei o evento para capturar fotografias da celebração e utilizar na reportagem.

7.8 Produção da reportagem

O processo de produção da reportagem, que incluiu, além da escrita do texto, a escolha dos trechos dos entrevistados, escolha e edição de imagens, edição de áudio e diagramação do site, aconteceu durante um mês, entre julho e agosto. A reportagem é uma investigação sobre a luta pela titulação de terras do Quilombo Mesquita. No texto, abordo os desafios enfrentados pelos moradores em meio a um processo burocrático prolongado e a pressão de interesses externos.

A estrutura da reportagem é dividida em seis seções principais: contexto histórico e atual, processo de titulação, impactos da lantidão, resistência comunitária, esperança e resiliência dos quilombolas e implicações políticas e orçamentárias. Empreguei na reportagem um caráter documental e com narrativa humanizada, abordando tanto os fatos quanto narrativas pessoais que destacam as experiências vividas pelos membros da comunidade.

A faceta documental da reportagem se baseia em uma pesquisa extensiva e na apresentação de dados detalhados sobre o processo de titulação de terras quilombolas. Isso inclui informações sobre legislação, procedimentos administrativos e estatísticas fundamentais para entender o contexto mais amplo em que estas comunidades operam. Além disso, a reportagem utiliza fontes oficiais, como documentos do Incra, da Fundação Cultural Palmares, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em paralelo, por meio de entrevistas e relatos pessoais, a reportagem destaca as lutas, esperanças e obstáculos diários enfrentados pela comunidade, a fim de retratar, de forma mais vívida, os impactos dos conflitos territoriais na vida das pessoas. Por exemplo, ao mencionar uma liderança comunitária que viu a titulação da terra atrasar por décadas, tento colocar um rosto humano nos processos burocráticos e transformar estatísticas em histórias de vida real.

O site hospedeiro escolhido para o texto foi o Weebly. Durante o processo de diagramação, tive limitações de design gráfico.

Mesclei, ao texto, fotografias do quilombo e dos moradores da comunidade em momentos do dia a dia e durante tradições culturais, imagens de contextos históricos citados no texto e áudios de falas dos entrevistados.

8. CONCLUSÕES

8.1 Técnica

Com a reportagem, objetivo dar visibilidade à voz dos quilombolas de Mesquita, que há 18 anos deram entrada no processo de titulação e ainda aguardam a posse legal de suas terras. A morosidade burocrática, a escassez de recursos humanos e financeiros no Incra, e a pressão de interesses econômicos externos são alguns dos entraves que retardam a finalização do procedimento. A lentidão não somente afeta diretamente a segurança territorial dos quilombolas, mas perpetua um ciclo de vulnerabilidade, desassistência e conflitos fundiários.

Minha intenção, neste produto, é fomentar suporte à causa quilombola, informar e sensibilizar a sociedade e esclarecer sobre as barreiras sistemáticas que impedem a justiça fundiária das comunidades quilombolas no Brasil; e como essa população, neste caso, a comunidade de Mesquita, sofre no dia a dia sem a garantia de seus direitos. Para além de narrar histórias, o projeto se esforça para fazer parte de uma mudança significativa.

Espero que a divulgação deste material incentive mudanças legislativas e políticas, e possa, quem sabe, ajudar de alguma forma no avanço e criação de políticas públicas de apoio às comunidades tradicionais do país. Desejo que a exposição conscientize mais pessoas sobre os desafios que os quilombolas de Mesquita, e de diversas outras comunidades no Brasil, enfrentam.

8.2 Pessoal

Ter feito esta reportagem é, para mim, mais do que um trabalho final de faculdade; é a continuação de uma luta que me atravessa profundamente, enquanto descendente de quilombolas; uma luta que compartilho com meus ancestrais, minha família e toda a comunidade de Mesquita. Cada linha escrita carrega o peso de séculos de luta e reflete a resistência secular de um povo que nunca desistiu de sua terra, cultura e identidade.

Contar a história de Mesquita é, também, reafirmar minha própria identidade e minhas raízes. É honrar a memória daqueles que me antecederam e que, com muita resistência, preservaram as tradições que hoje sustentam o pertencimento ao território. A titulação é apenas o começo da reparação que nos é devida. E enquanto houver força e união, continuaremos lutando, pelo respeito dos que vieram antes e pelo futuro dos que um dia virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vinicius Gomes de. Conflito territorial e ambiental no quilombo mesquita/cidade ocidental: **racismo ambiental na fronteira DF e Goiás. 2015.** 154 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

ALVES, Adeir Ferreira. **Organização social no Quilombo Mesquita: trabalho, solidariedade e atuação das mulheres.** 2019. 153 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

ANJOS, Suelen Gonçalves dos. Cultura e tradições negras no Mesquita: **um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo.** In: PADÊ : estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, UniCEUB, FACJS, Vol.1,n.1/2006.

Aquilomba **Brasil.** Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/aquilomba-brasil>>. Acesso em: 01 set. 2024.

BBC. **A história do quilombo que ajudou a erguer Brasília - e teme perder terras para condomínios de luxo.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44570778>>. Acesso em: 01 set. 2024.

BELLINGER, C. **Mesquita.** Disponível em: <<https://cpisp.org.br/mesquita/>>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRAGA, André Garcia e MARTINS, Roberta Silva. Relatório Antropológico. **Comunidade Quilombola de Mesquita.** Brasília, 2011.

BRASIL. Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Decreto N° 5.051, de 19 de Abril de 2004.**

BRASIL. **DECRETO N° 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, F. **QUILOMBO MESQUITA: BOAS PRÁTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.** Disponível em: <<https://ecam.org.br/blog/quilombo-mesquita-boas-praticas-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CUNHA, J. A. C.; RIBEIRO, E. M. S. A Etnografia como estratégia de pesquisa interdisciplinar para estudos organizacionais. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, PB, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2010.

D11447. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

DAHMA URBANIZADORA. Dahma Urbanizadora amplia as melhorias no Jardim ABC, na Cidade Ocidental (GO), em parceria com a comunidade. S/l, 22 ago. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/UDXcIs>. Acesso em: 20 ago. 2023

DE DIREITOS, T. No atual ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188-anos-para-titular-todos-os-territorios-quilombolas-com-processos-no-incra/23871>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Fundação Cultural Palmares destaca ações de certificação quilombola no primeiro trimestre de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/fundacao-cultural-palmares-destaca-acoes-de-certificacao-quilombola-no-primeiro-trimestre-de-2024>. Acesso em: 31 ago. 2024.

INCRA, E. P. A.; ATUALIDADE, D. E. 2003 A.; DO DECRETO, N. A. V. ANDAMENTO DOS PROCESSOS - QUADRO GERAL. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamento_dos_processos_de_regularizacao_quilombola_05_07.2024.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

INCRA. TÍTULOS EXPEDIDOS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE 1995 ATÉ A ATUALIDADE, POR ÓRGÃOS FUNDIÁRIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS E COM BASE EM DISTINTAS LEGISLAÇÕES APLICADAS. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Veja_o_andamento_da_titulacao_quilombola_05.07.2024.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA. Instrução Normativa nº49/2008. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Racismo e Violência Contra Quilombos no Brasil - 1a edição - Terra de Direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/livros/42/racismo-e-violencia-contr-quilombos-no-brasil/22928>. Acesso em: 12 set. 2024b.

Racismo e Violência Contra Quilombos no Brasil - 2a edição - Terra de Direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/racismoeviolencia/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

Relatório Final - A verdade sobre a escravidão negra - Comissão da Verdade. Disponível em:

<<https://www.yumpu.com/pt/document/view/59414237/relatorio-final-a-verdade-sobre-a-escravidao-negra-comissao-da-verdade>>. Acesso em: 15 set. 2024.

RODRIGUES, B. DE O.; REZENDE, T. F.; NUNES, T. DE G. **Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório**. Revista Direito e Práxis, v. 10, n. 1, p. 198–221, 2019.

SANTOS, Ivanise Rodrigues dos. “Tá fazendo marmelada, compadre?” **Um ensaio sobre a Cultura do marmelo em Mesquita, Goiás**. In: 3º Prêmio Territórios Quilombolas, por Ministério do Desenvolvimento Agrário, 17-38. Brasília: NEAD, 2011.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. Porto Alegre: EdiPucRS, 2014.

ANEXO I - TEXTO COM A CONSTRUÇÃO DO OBJETO JORNALÍSTICO

FORA DO MAPA — Uma reportagem sobre a luta pela demarcação do quilombo Mesquita

Conhecidas também pelos nomes de mocambos, quilombos, comunidades negras rurais e terras de preto, as comunidades quilombolas surgiram quase concomitantes ao regime escravocrata no Brasil, formadas por pessoas escravizadas fugidas da escravidão que buscavam refúgio nas matas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 o Brasil tinha 5.972 comunidades remanescentes de quilombos espalhadas por todas as regiões do país. Dessas, apenas 404 são territórios oficialmente reconhecidos.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), presente na Constituição de 1988, garante aos remanescentes das comunidades de quilombo o direito de propriedade definitiva das terras ocupadas por seus ancestrais. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”, dispõe um trecho. Pela lei, áreas quilombolas são consideradas "Território Cultural Afro-Brasileiro" e devem receber o apoio do Poder Público para a sua preservação. O procedimento para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras foi definido em decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o Decreto n.º 4.887/2003, que consolida o direito assegurado constitucionalmente aos remanescentes de quilombos.

A cerca de 50 km de Brasília, na Cidade Ocidental, município goiano no entorno do Distrito Federal, está a comunidade Mesquita, um dos 325 territórios quilombolas reconhecidos pelo Incra. Originada no período pré-abolição, no século XVIII por três escravizadas alforriadas, a comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares em 2006. Dezesete anos após o certificado, o povoado ainda aguarda, em 2023, o êxito do procedimento que tramita no Incra para obter o título de demarcação. A demora para a demarcação induziu, com o acúmulo de tempo, a formação de conflitos territoriais com pessoas não quilombolas interessadas na exploração da terra para ganhos financeiros, tentativa de empreendimentos potencialmente poluidores dentro da comunidade e desmatamento.

Por servir como uma ponte entre os discursos e outros campos, a exposição midiática é um dos principais meios para o reconhecimento. O jornalismo é aliado nas lutas sociais, pois possibilita o aparecimento de grupos minoritários historicamente invisibilizados que sofrem

da falta de representação política e social. Diante do exposto, a presente pesquisa objetiva abordar em uma reportagem a luta do povoado quilombola de Mesquita para demarcar sua terra e problemáticas associadas ao assunto.

ANEXO II - QUESTÃO FUNDAMENTAL DA SÉRIE E TÓPICOS

QUESTÃO FUNDAMENTAL DA SÉRIE: QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA A DEMARCAÇÃO DE TERRA DO QUILOMBO MESQUITA?

Introdução

QUESTÃO FUNDAMENTAL: O QUE SÃO TERRAS QUILOMBOLAS?

História do Quilombo Mesquita

QUESTÃO FUNDAMENTAL: O QUE É O QUILOMBO MESQUITA E QUEM SÃO SEUS MORADORES?

Lentidão no processo de titulação

QUESTÃO FUNDAMENTAL: O QUE FALTA PARA O QUILOMBO MESQUITA SER TITULADO?

Disputa territorial na região e importância do título

QUESTÃO FUNDAMENTAL: COMO A LENTIDÃO NO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE TERRA AFETA A VIDA DOS MORADORES DE MESQUITA?

Luta e perspectivas dos moradores

QUESTÃO FUNDAMENTAL: QUAL A PERSPECTIVA PARA A DEMARCAÇÃO DO QUILOMBO MESQUITA?

ANEXO III - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS

Perguntas para antropólogo especialista em povos e territórios tradicionais::

- Quem são os quilombolas e o que são quilombos?
- Como essas comunidades se mantinham antigamente?
- Qual é a atual situação dos quilombos no Brasil? Muita coisa mudou?
- Quais são os desafios presentes na vida de quilombolas?
- Qual é a importância de garantir ao quilombola a propriedade de sua terra?
- Quais são os entraves para a demarcação de terras aos povos quilombolas no país atualmente?
- Como isso afeta as comunidades?

Perguntas para especialista em Direito Agrário e procuradora federal Gilda Diniz dos Santos:

- Quando quilombolas conseguiram o direito à posse de suas terras?
- Qual legislação garante esse direito?
- O que diz o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)?
- A titulação de áreas quilombolas é ação afirmativa ou direito étnico?
- O processo de reconhecimento de terras de comunidades remanescentes de quilombos esbarra em quais confrontos políticos e sociais?

Perguntas para moradores:

- Qual seu nome e idade?
- Há quanto tempo mora aqui?
- Como você chegou aqui?
- Como é viver em Mesquita?
- Com o que você trabalha?
- Como é sua locomoção até a cidade?
- Você gosta de morar aqui?
- Como você se vê enquanto quilombola?
- Você está ciente sobre o processo de demarcação de terra?
- Como você se sente com a lentidão no processo de demarcação?
- Como isso afeta o quilombo?
- Lembra de algum problema específico por disputa territorial no local?

- Qual é a importância da titulação para você?
- Você tem lutado por ela? Como?
- Qual é sua expectativa acerca do processo de titulação de Mesquita?

Perguntas para Sandra Braga, liderança quilombola e representante de Mesquita na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq):

- Quais são as origens de Mesquita?
- Como os moradores do quilombo mantinham o sustento antigamente?
- E como o fazem hoje?
- Há eventos ou festas culturais em Mesquita? Quais?
- Quando a luta pela demarcação começou no quilombo?
- Houve mudanças após o reconhecimento pela Fundação Palmares?
- Como a luta pela demarcação tem se dado hoje?
- Qual é seu papel como líder quilombola de Mesquita?
- Na sua avaliação, o que tem causado a lentidão no processo de demarcação de Mesquita?
- Há pressão por parte do povoado?
- O que o governo costuma responder ao ser confrontado?
- Como você se sente com a demora?

Perguntas para o coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Biko

- Quais são os desafios para demarcar territórios quilombolas no país?
- É normal que o processo dure mais de uma década?
- Como você avalia a atuação do governo quanto a isso?

Perguntas para Prefeitura da Cidade Ocidental:

- A Prefeitura está ciente das demandas dos quilombolas de Mesquita acerca da preservação do território tradicional?
- A Prefeitura está ciente de casos de especulação imobiliária em Mesquita?
- O que a Prefeitura tem feito para preservar a área do quilombo?
- Como a Prefeitura tem ajudado o Incra no processo de titulação de Mesquita?